



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

CHARLA BARBOSA DE OLIVEIRA MACEDO DE CAMPOS

**OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA/ES: UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO**

VITÓRIA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

CHARLA BARBOSA DE OLIVEIRA MACEDO DE CAMPOS

**PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL: OS CONSELHOS
MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA
DA GRANDE VITÓRIA/ES: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO**

Proposta de produto educacional apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira

VITÓRIA

2019

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO.....	4
2 - INTRODUÇÃO.....	6
3 - METODOLOGIA DA PROPOSTA	8
4 - OBJETIVOS	11
5 - JUSTIFICATIVA.....	12
6 PÚBLICO/VAGAS/INSCRIÇÃO.....	14
7 - REFERÊNCIAS.....	16
7.1 REFERÊNCIAS RECOMENDADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DURANTE A FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS.....	16

PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

1 APRESENTAÇÃO

Esta é uma proposta de formação construída a partir da pesquisa intitulada “A formação de conselheiros municipais de educação da região metropolitana da grande Vitória/ES”, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) na linha de "Docência e Gestão de Processos Educativos", da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Grupo de Pesquisa Gestão, Trabalho e avaliação Educacional - GETAE e está integrada ao Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo – LAGEBES/CE/UFES. Trata-se da proposta de produto educacional com relevância social realizada a partir dos estudos com os conselhos da RMGV e do levantamento de dados extraídos dos formulários aplicados junto aos conselheiros.

Trata-se de investigação qualitativa e exploratória que utiliza técnicas de pesquisa documental e entrevistas com técnicos das secretarias e membros dos conselhos e fóruns municipais e estadual de educação. Nossa proposta buscou analisar os processos de formação para conselheiros (as) organizados pelos municípios da RMGV evidenciando a efetivação ou não da gestão democrática à luz de processos participativos e colaborativos, com base na pesquisa qualitativa. Participaram os conselhos municipais de educação dos municípios de Guarapari, Serra, Vitória, Vila Velha, Fundão, Cariacica e Viana. Foram realizadas visitas aos conselhos participantes, por meio das quais a pesquisa foi explicada e, numa construção coletiva pudemos aplicar os formulários e formular, a partir das demandas dos conselheiros, a proposta de formação com os temas sugeridos por eles.

A partir da resposta dos formulários, tivemos a oportunidade de selecionar os temas considerados por eles de maior importância a serem abordados no projeto de formação a ser ofertado. Selecionaremos aqueles temas que, de acordo com a escala de Likert obtiverem importância alta e muito alta para os conselheiros. "Com frequência, os pesquisadores elaboram extensa relação de hipóteses e, depois de detida análise, descartam a maior parte delas" (GIL, 2008, p. 46). Assim, as questões consideradas de

maior relevância para eles serão incorporadas às selecionadas no último programa Pró-Conselhos para resultarem no projeto de formação proposto.

Nessa proposta encaminhamos os eixos temáticos, as propostas de Leitura prévia para os encontros presenciais, sugestão de palestrantes pesquisadores dos referidos temas e carga horária prevista para o curso.

2 INTRODUÇÃO

Após analisar o programa Pró-conselhos, investigar junto aos setores de formação das secretarias e conversar com os conselheiros municipais de educação da RMGV, elaboramos de forma participativa esta proposta de formação de conselheiros. Percebemos que, como afirmado por Gohn (2007, p. 92):

Faltam cursos ou capacitação aos conselheiros de forma que a participação seja qualificada em termos, por exemplo, da elaboração e gestão das políticas públicas: não há parâmetros que fortaleçam a interlocução entre os representantes da sociedade civil com os representantes do governo.

Dessa forma, a presente proposta poderá contribuir para preencher também esta lacuna.

A proposta de um produto de relevância social surge a partir da necessidade de construir coletivamente e de forma colaborativa o programa de formação desejado. A construção da proposta a partir da aplicação dos questionários e das visitas aos conselhos nos levou a refletir o pensamento de Freire (1996, p. 26) no fomento à autonomia ao explicar que “isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos”. Assim, ao invés de elaborar uma proposta “para” conselheiros municipais de educação, decidimos elaborar “com” esses mesmos conselheiros. “O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo” (FREIRE, 1996, p. 26).

Utilizamos o Pró-conselhos como inspiração, pelo seu potencial qualificador e suas contribuições no âmbito da formação de conselheiros. Para Stival (2015, p. 27926):

O Curso de Extensão à Distância de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho, tem como objetivos: capacitar conselheiros municipais educação, bem como técnicos das Secretarias Municipais de Educação, especialmente dos Municípios que ainda não possuem Conselhos Municipais de Educação instituídos (...).

E isso acontece visando qualificar a atuação do conselheiro, de modo a tornar os conselhos lócus de diálogo e mediação, entre o poder público e a sociedade.

Assim, o curso foi lançado numa perspectiva emancipatória, buscando qualificar a atuação dos conselheiros, de modo que a relevância social do papel de conselheiro fosse

ênfatizada, propondo mudanças sociais, políticas e educacionais. Gohl (2007, p.111) explica que:

Os conselheiros devem ter cursos de formação e atualização enquanto sujeitos políticos, que precisam ter como referência um modelo de participação social cidadão- com pluralidade e que respeite as diversidades culturais e as diferenças de raça, etnia, sexo, geração etc. respaldado um projeto emancipatório, que vislumbre mudanças na sociedade a médio e longo prazo, e não se circunscrevam às ações imediatistas da conjuntura; deve-se também criar algum tipo de pré-requisito mínimo para que um cidadão se torne um conselheiro, principalmente no que se refere ao entendimento do espaço que ele vai atuar, assim como um código de ética e posturas diante dos negócios públicos; deve-se ter uma forma de acompanhar as ações dos conselhos e de se revogar e destituir qualquer membro que cumpra suas funções durante seu mandato, portanto, o exercício dos conselhos deve ser passível de fiscalização e avaliação.

Propomos a criação de um programa de formação continuada de conselheiros da região metropolitana da grande Vitória, no âmbito municipal, de modo a contribuir com os conselhos e suas demandas, possibilitando também a interlocução de uns com os outros. "Com a participação democrática e vontade política, cada município encontrará o caminho mais adequado à sua realidade" (BORDIGNON, 2009, p.75).

Nossa proposta visa capacitar Conselheiros Municipais de Educação e/ou técnicos do quadro efetivo das Secretarias Municipais de Educação, visando a qualificar a atuação do Conselheiro em relação à atribuição do cargo, à legislação educacional, repasse e controle do uso das verbas da educação, matérias da legislação em pauta na atual conjuntura nacional, de modo a aprimorar o processo de formação dos Conselhos Municipais de Educação para que este se fortaleça enquanto lócus de diálogo e mediação entre o poder público e a sociedade a fim de alcançar a gestão democrática e a qualidade social da educação pública.

3 METODOLOGIA DA PROPOSTA

Os resultados mostraram que 83,5% dos conselheiros que participaram da pesquisa não participaram da formação do Pró-Conselhos. A partir das respostas dos formulários aplicados durante a pesquisa, ficou constatado que a maioria dos conselheiros preferem estudar pela manhã (30,4%) e à tarde (27,5%) de forma presencial com parte do curso à distância (62,3%) e totalmente presencial (31,9%). Assim, elencamos os temas que obtiveram mais de 50% de importância muito alta para os conselheiros e elaboramos uma tabela com os eixos contemplando os temas da última formação do programa Pró-Conselhos, os temas selecionados de alta importância dos formulários aplicados mais temas da atual conjuntura política nacional.

O curso será ofertado em cinco encontros presenciais de 4 horas cada e 20 horas à distância, totalizando 40 horas. Para cada eixo será disponibilizado um texto base na plataforma online criada para leitura prévia dos participantes a fim de subsidiar os debates nos encontros presenciais. Na plataforma online ficarão disponíveis os textos para leitura prévia dos participantes, postagem dos relatórios referentes às leituras e atividades referentes aos encontros presenciais.

Os encontros presenciais contarão com no mínimo um moderador por eixo temático, que fará a explanação por um tempo previamente determinado e permitirá a participação por parte da plenária com perguntas e reflexões pertinentes ao tema abordado. Os encontros presenciais foram divididos em eixos conforme cronograma a seguir (Quadros 16 a 20).

Quadro 16 – Eixo 1 formulado para encontro presencial.

Eixo 1 - Concepção, Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação
Ementa: A origem dos Conselhos. As concepções de conselhos de educação a partir da sociedade moderna. A formação da estrutura social brasileira, a cultura, a política, a economia e a legislação educacional e suas relações com os conselhos municipais de educação no contexto das mudanças conjunturais e estruturais da sociedade brasileira até a atualidade. As tendências educacionais e suas influências no contexto brasileiro. O processo de redemocratização e o papel político-social dos órgãos colegiados na formação da cidadania. A formação política do conselheiro.
Conteúdos presenciais: Os princípios que norteiam a educação básica brasileira e as atribuições do Conselho Municipal de Educação; O papel dos conselhos e dos conselheiros; Sistema Nacional de Educação.
Conteúdos em EAD: Funções do Conselho e suas articulações com as políticas públicas municipais, estaduais e federal.

Carga horária: 4 horas

Quadro 17 – Eixo 2 formulado para encontro presencial.

Eixo 2 - Os conselhos municipais de educação e as políticas públicas.
--

Ementa: Analisar o Sistema Nacional de Educação; Análise das condicionantes institucionais, políticas, sociais e culturais do desenvolvimento e da gestão social. A gestão democrática e a participação popular; Estudo de políticas públicas e a atuação dos conselhos na normatização.
--

Conteúdos presenciais: Planejamento e Educação: PNE, PEE, PME. Sistema Nacional de Educação.

Conteúdos em EAD: Legislação educacional brasileira

Carga horária: 4 horas

Quadro 18 – Eixo 3 formulado para encontro presencial.

Eixo 3 – Financiamento e profissionais da educação.
--

Ementa: As legislações de financiamento da educação no Brasil. o que é LOA, PPA, CAQ e CAQi, Conceitos; ambiente de trabalho e saúde; acidentes de trabalho; anamnese ocupacional; Desvio de função; o professor e o uso da voz.
--

Conteúdos presenciais: LOA, PPA, FUNDEB. Direito à Educação e o Custo Aluno Qualidade.
--

Profissionais da educação no município e condições de trabalho.

Conteúdos em EAD: Profissionais da educação: formação, carreira, condições de trabalho.

Carga horária: 4 horas

Quadro 19 – Eixo 4 formulado para encontro presencial.

Eixo 4 - Educação municipal, currículo e a BNCC, Educação e diversidade.

Ementa: Movimento de padronização do Currículo municipal. Privatização. Diversidade, gênero e orientação sexual. Democratização, direitos humanos, justiça social e inclusão.

Conteúdos presenciais: Movimento de padronização do Currículo municipal. Privatização. Diversidade, gênero e orientação sexual. Democratização, direitos humanos, justiça social e inclusão.
--

Conteúdos em EAD: Os movimentos de extrema direita. Escola sem partido, questão de gênero.
--

Carga horária: 4 horas

Quadro 20 – Eixo 5 formulado para encontro presencial.

Eixo 5 Democracia participativa e controle social
--

Ementa: Os processos de decisão e gestão como dimensões indissociáveis da Política Social. Princípios e conceitos básicos da gestão social e do orçamento público. Tendências da gestão da política social no Brasil contemporâneo e seus impactos na constituição da esfera pública. Emergência de novos sujeitos e a instituição de mecanismos democráticos de gestão social (o sistema de poder local, aparelhos, equipamentos e mediações. Municipalização, regionalização). Gestão democrática direta e indireta e a articulação com movimentos populares, partidos políticos e sindicatos. Principais entraves institucionais e políticos à gestão democrática da Política Social.
--

Conteúdos presenciais: Transparência pública Orçamento público.
Conteúdos em EAD: Movimentos sociais e controle social
Carga horária: 4 horas

Para contemplar as 20 horas não presenciais os cursistas deverão fazer a leitura dos textos do conteúdo à distância e postar na plataforma o resumo com no mínimo 20 linhas até a data pré estabelecida para a postagem. Os textos deverão estar disponibilizados na plataforma.

4 OBJETIVOS

Capacitar Conselheiros Municipais de Educação e/ou técnicos do quadro efetivo das Secretarias Municipais de Educação, visando a qualificar a atuação do Conselheiro em relação à atribuição do cargo de conselheiro, à legislação educacional, repasse e controle do uso das verbas da educação, matérias da legislação em pauta na atual conjuntura nacional, de modo a aprimorar o processo de formação dos Conselhos Municipais de Educação para que este se fortaleça enquanto locus de diálogo e mediação entre o poder público e a sociedade a fim de alcançar a gestão democrática e a qualidade social da educação pública. Assim, a formação proposta se propõe possibilitar:

- Dar mais efetividade às ações dos conselhos;
- Permitir uma atuação eficaz e eficiente da função de conselheiro em conformidade com as legislações pertinentes ao controle democrático e à transparência nos procedimentos e condutas;
- Fazer o controle social com mais eficiência;
- Promover um maior fortalecimento dos conselhos;
- Dar condições técnicas aos conselheiros para fiscalizar/acompanhar a gestão pública, elevando a qualidade de intervenção dos conselhos;
- Fortalecer o princípio da Gestão Democrática, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

5 JUSTIFICATIVA

Esse projeto visa ofertar um programa de formação continuada para conselheiros da região metropolitana da grande Vitória, no âmbito municipal, de modo a contribuir com os conselhos e suas demandas, possibilitando também a interlocução de uns com os outros. A formação proposta possibilitará dar mais efetividade às ações dos conselhos, permitindo uma atuação eficaz e eficiente da função de conselheiro em conformidade com as legislações pertinentes ao controle democrático e à transparência nos procedimentos e condutas.

Esta formação é componente de pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da UFES e realizada em parceria com o LAGEBES-UFES. Utilizamos o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselhos como inspiração pelo seu potencial qualificador e suas contribuições no âmbito da formação de conselheiros. Esse programa foi implementado pelo governo federal por meio do Ministério da Educação - MEC em 2003 e é o desdobramento de uma das diretrizes do Plano de Educação colocado em prática a partir da primeira gestão desse governo. Pensado numa perspectiva de fortalecimento e participação social por parte dos conselhos, objetivou incentivar e qualificar essa participação nos processos decisórios da gestão e uma melhor ação dos conselheiros na gestão das políticas educacionais.

No que se refere ao exercício da função de conselheiros(as), parte importante de nossa pesquisa e objeto de nossa análise, nos implicamos com um estudo dos processos de formação em vários âmbitos da educação, uma vez que esta vem sofrendo severos ataques, sobretudo no que se refere às tentativas de cerceamento do pensamento crítico.

A atual conjuntura política nacional vivencia uma ofensiva conservadora que tenta adentrar nos currículos das escolas a exemplo do projeto de lei PL 7180/2014 - "Escola sem partido", que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, exigindo uma maior compreensão a respeito do que possa estar por trás de projetos como este. Somente mediante processos formativos contínuos, educadores, estudantes, gestores, pais, membros de conselhos e todos os envolvidos nos processos educacionais poderão dar conta da complexidade dos mesmos. Além de matérias como essa, que emergem da conjuntura política com vistas à implementação de um novo projeto de nação e inicia seu curso por meio da educação, muitos outros temas chegam aos conselhos e necessitam parecer técnico que exige formação.

A pesquisa evidenciou lacunas no que se refere à formação de conselheiros municipais de educação no âmbito institucional, mostrando que a autoformação predomina entre os conselheiros. Por não haver uma aproximação entre os conselhos tanto no âmbito estadual

quanto da RMGV, propomos uma parceria da universidade sob a coordenação do LAGEBES com esses municípios no sentido de reaproximá-los e avançarmos na formação sobre assuntos que interessem a todos os conselhos e possibilite maior diálogo entre eles.

6 PÚBLICO/VAGAS/ INSCRIÇÃO

O público-alvo são Conselheiros Municipais de Educação da RMGV, técnicos pertencentes ao quadro das Secretarias de Educação dos Municípios da RMGV, trabalhadores da educação em efetivo exercício e corpo técnico dos conselhos.

Serão disponibilizadas 70 vagas sendo inicialmente ofertadas por meio de inscrição eletrônica prévia aos membros dos conselhos municipais de educação da RMGV. Após encerrado o período de inscrição destes, as vagas remanescentes serão abertas aos demais trabalhadores da educação destes municípios em efetivo exercício.

A pré-inscrição deverá ser realizada através de e-mail a ser cadastrado com esta finalidade, onde deverá ser preenchida uma ficha de inscrição (Quadro 21).

Quadro 21 – Ficha de inscrição para a formação.

NOME		TITULAR ()	
		SUPLENTE ()	
CONSELHEIRO (A) () NÃO CONSELHEIRO(A) ()			
MUNICÍPIO:			
TELEFONE:		RG	CPF
EMAIL	NOME DO CONSELHO		
Quantidade de Conselheiros: _____ Titulares e _____ Suplentes			
Segmento que representa:			
() Poder Executivo ou Órgãos Executivos () Professores () Diretores () Sindicatos			
() Sociedade Civil () Escola Privada () Pais () Servidores			
() Outro Qual? _____			
Função no Conselho:			
Telefone do conselho: () _____		Email do conselho:	

Fonte: elaborada pela autora.

Os cursistas que concluírem o curso com aproveitamento de 70% receberão certificado de conclusão do curso de formação emitido pelo Laboratório de Gestão da educação Básica - LAGEBES/UFES.

7 REFERÊNCIAS

- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M.G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 8a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 128p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- STIVAL, M.C.E.E. **Formação de Conselheiros Municipais de Educação do Estado do Paraná: Acompanhamento e Avaliação**. In: EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação. PUC-Paraná. 2015. P.27922-27933. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16372_10674.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018. ISSN 2176-1396.2015.

7.1 REFERÊNCIAS RECOMENDADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS DURANTE A FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS.

- ABICALIL, Carlos Augusto. (Org.) **SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA**. Brasília. 2014.
- ABICALIL, Carlos Augusto. **O Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 8, n. 15, p. 249-263, jul./dez. 2014.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso. **A relação entre federalismo e municipalização: desafios para a construção do sistema nacional e articulado de educação no Brasil**. Educação e pesquisa. São Paulo. v. 36, n.1, p. 389-402, jan/abr. 2010.
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BORDIGNON, Genuíno. **O Planejamento Educacional no Brasil**. Brasília: MEC/FNE (colaboração de Arlindo Queiroz e Lêda Gomes). 2011.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007

CASSINI S. A; ARAUJO, G.C. **As concepções de educação como serviço, direito e bem publico: contribuições para a defesa da escola publica como garantia do direito a educação.** In: OLIVEIRA, E.A.M; SILVA, I.M; LIMA, M. **Política educacional e gestão da escola básica: perspectivas.** São Carlos: Pedro e João, 2014 p. 9-27

FRIGOTTO. Gaudêncio; CIAVATTA Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 93.

GOHL, M. G. M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**-8a edição. 3a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. v. 1000. 128p .

GOHN. Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública.** Ciências Sociais Unisinos 42(1):5-11, jan/abr 2006.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

DAVIES. Nicolás. **FUNDEB: A REDENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA?** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 753-774, out. 2006.

ALVES, Nilda. **Sobre a possibilidade e a necessidade de uma Base Nacional Comum.** Revista e-curriculum. São Paulo. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação.** Rio de Janeiro UERJ, LPP, 2017. 144 p.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Currículo-docência-menor e pesquisas com os cotidianos escolares: sobre possibilidades de escapes frente aos mecanismos de controle do Estado.** Sorocaba/SP. v. 19, n. 3, p. 529-546, dez. 2017.

FERREIRA. Eliza Bartolozzi. **Federalismo e planejamento educacional no exercício do PAR.** Cadernos de Pesquisa. vol.44 n.153 São Paulo Jul/Sept. 2014.

GOHN. Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

LIMA Licínio C. **Democratização da escola, participação comunitária e cidadania crítica.** In: Organização Escolar e Democracia Radical. Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MACHADO. D. L. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO- FUNDEB: UMA ANÁLISE SOBRE OS INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO.** Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Educere. 9284 - 9295.

OLIVEIRA, D. A. **Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes.** Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.92, pp.753-775.

PINTO, J.M. de R. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo.** Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.877-897.

